

GT2: História, Memória e Verdade

DITADURA, CENSURA TEATRAL E DIREITOS HUMANOS: Ruth Escobar, a voz da resistência

Rosa Maria Carlos e Silva
Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí
Bacharelado em Teatro pela Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Esta comunicação é uma homenagem à atriz e produtora Ruth Escobar, uma das vozes mais aguerridas contra a violação dos direitos humanos dos/as artistas de teatro durante o período de falta de liberdade que vitimou o povo brasileiro por duas décadas. Uma das categorias mais atingidas pelo golpe civil-militar de 1964 foi a dos artistas de teatro que sofreram forte censura, perseguições, prisões, torturas e exílio, simplesmente por serem artistas. Um dos atos que reflete essa afirmação foi o criminoso incêndio ao teatro da UNE logo no dia 1º de abril de 1964. A Rádio Nacional, que era um celeiro de artistas e o mais importante veículo de audiência, já que os aparelhos de televisão ainda eram restritos a poucas residências, foi invadida na tarde de 1º de abril por militares que, com a ajuda de delatores internos, instalaram um Inquérito Policial Militar – IPM cujo desfecho foi a demissão de 67 pessoas, como os atores Mário Lago e Gracindo Júnior; as atrizes Ísis de Oliveira (pseudônimo de Ivete Savelli) e Wanda Lacerda; e os dramaturgos Dias Gomes e Oduvaldo Viana (o pai). Mas, em que pesem as inúmeras perseguições, proibições e prisões, os/as artistas lutaram bravamente em defesa da arte e da democracia até a promulgação da Constituição Federal de 1988, dispositivo legal que, enfim, pôs fim à censura teatral no Brasil. Ruth Escobar foi uma das mulheres mais corajosas nessa guerra por liberdade. Incansavelmente, ela emprestou sua voz, seu corpo e sua casa de espetáculos como instrumentos de luta em defesa do teatro e da liberdade de expressão. Sua luta não se restringiu à classe artística, esteve ao lado dos estudantes, dos políticos de esquerda e daqueles que lutaram pela anistia, libertação e volta dos presos políticos. Para tanto, percorreu o Brasil com sua arte. Este artigo apresenta algumas das agressões e das ações de resistência empreendidas pela atriz, enfatizando que Ruth Escobar foi a primeira artista a perceber a relação entre as agressões da ditadura ao teatro e a violação dos direitos humanos expressos na Declaração Universal de 1948. A artista elencou os 11 artigos que, na sua análise, estavam sendo violados pelos militares em relação aos artistas de teatro. Não ficou muda, abriu o peito em praça pública e convocou os seus companheiros e companheiras a lutarem pela liberdade. A luta de Ruth Escobar precisa ser rememorada e transmitida às novas gerações de artistas, principalmente em tempos em que o fantasma da censura volta a bater às portas dos teatros.

Palavras-chave: Ruth Escobar, Ditadura e Direitos Humanos

Introdução

A ditadura instituída com o golpe civil-militar de 1964 impôs um período de negação de liberdade e de violação dos Direitos Humanos dos cidadãos brasileiros. Foram muitas as arbitrariedades impostas pelo regime militar, tais como as mortes, prisões, cassação de direitos políticos.

A ordem do Comando Supremo da Revolução, que assumiu o poder nos primeiros dias pós-golpe, era para realizar a “limpeza” dos “inimigos da revolução”: intelectuais, políticos de esquerda, artistas, estudantes revolucionários e qualquer cidadão sob suspeita de ligação com pessoas, literatura, artes e países comunistas.

Sobre a violação do direito de expressão, a ditadura atingiu e amordaçou os meios de comunicação e as atividades artísticas, principalmente depois da imposição do AI 5 e da centralização e federalização da censura. Esta, passou do âmbito das polícias estaduais para o mais alto escalão policial do país, ou seja, a Polícia Federal.

Uma das artistas mais cerceada em sua liberdade e perseguida pelos militares foi a atriz e empresária Ruth Escobar.¹ Tomando-a, aqui, como exemplo de resistência da classe teatral, enfatiza-se que foi ela quem estabeleceu a violência ao teatro e seus artistas como violação de direitos humanos, ao avaliar as ações dos ditadores à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Este trabalho é um recorte da pesquisa bibliográfica sobre a vigência da censura teatral, no período de 1964 a 1988, e enfatiza especialmente a atuação da atriz Ruth Escobar, como sujeito de resistência.² O trabalho original exigiu um levantamento bibliográfico pertinente à trajetória da censura no Brasil para se entender a sua gênese, seu desenvolvimento e sua relação com a violação dos Direitos Humanos.

Para tanto, buscou-se na obra de Michel Foucault - *Vigiar e Punir* - essa vinculação da censura teatral como prática autoritária, perseguidora e punitiva. Observa-se na obra do filósofo

¹ Ruth Escobar – é atriz, produtora cultural, escritora, militante política, empresária e deputada estadual por São Paulo em dois mandatos. Nascida Maria Ruth dos Santos na cidade do Porto, Portugal, em 31 de março de 1936, veio com a mãe para o Brasil em 1951. Aqui, casou-se com o filósofo e dramaturgo Carlos Henrique Escobar, com quem residiu na França para estudar interpretação teatral. Voltando ao Brasil, fundou sua primeira companhia e em 1964 criou uma companhia de teatro popular itinerante para levar espetáculos aos moradores da periferia de São Paulo. Naquele mesmo ano fundou a sua famosa casa de espetáculos, batizada com seu nome. (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18616/ruth-escobar>>. Acesso em 08 de agosto de 2016). Uma das pessoas que melhor definiu o perfil de Ruth Escobar e sua importância na cena teatral e vida política brasileira foi a crítica e ensaísta Ilka Marinho Zanotto, cita em Fernandes (1985) "Se quiséssemos traçar a evolução do teatro brasileiro no século XX [...] teríamos forçosamente de incluir entre os cumes de suas realizações a trajetória polêmica da atriz-empresária Ruth Escobar. Marcada pelo signo do inconformismo, pelo faro do verdadeiramente artístico e do anticonvencional e pela ousadia das avalanches que, uma vez traçado o rumo, chegam ao seu destino - o vale - a qualquer custo, Ruth Escobar marcou a cena brasileira com o carimbo indelével de sua personalidade. Talhada para as empresas aparentemente impossíveis... Promove debates em tempo de ditadura, leituras de peças proibidas com ameaças de bombas e de invasão à porta, passeatas de protesto. Invade gabinetes de ministros de Estado e de censores e, de peito aberto, vai várias vezes à praça pública clamar pelos direitos pisoteados do teatro. [...] Promotora incansável de tantas obras fascinantes, não se pode negar ao seu teatro o lugar privilegiado que soube conquistar nada tranquilamente (sic) na história da arte brasileira."

²²O conteúdo deste artigo é parte integrante da dissertação da autora intitulada "A Arte Censurada: teatro e ditadura no Estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1988" e de pesquisas posteriores sobre o tema abordado.

francês que os “recursos para o bom adestramento” – vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame – têm semelhança direta com a ação censória teatral. Os censores comportaram-se ao longo dos séculos como espões com direito até mesmo ao assento privilegiado nos teatros, um exemplo de observatório policial; da mesma forma que era exigida rigorosa obediência e disciplina no interior dos quartéis, das prisões e dos reformatórios, a censura policialesca impôs aos artistas regras de comportamento minuciosamente descritas nos regulamentos policiais; e o exame corresponde à inspeção ostensiva exercida pelos censores durante o ensaio geral dos espetáculos e nas apresentações.

Ruth Escobar – a voz da resistência

Em 1975, quando da análise da DUDH em relação à situação dos artistas de teatro no Brasil, a atriz constatou que os direitos humanos estavam sendo violados e em quais artigos da declaração. E não ficou muda. Pelo contrário, usou sua firme voz e denunciou abertamente. E fez dos direitos humanos uma trincheira de luta. Lembrou que pessoas estavam sendo desprezadas, violentadas, torturadas, desaparecidas e assassinadas. Durante a Semana dos Direitos Humanos de São Paulo, em 1975, conclamou os artistas, intelectuais e estudantes a assumirem suas responsabilidades e denunciar tal violência, lembrando que esta estava impregnada no cotidiano. Afirmo Ruth Escobar (*apud* FERNANDES, 1985, p. 225):

E só quando uma rajada de sangue nos atinge os olhos nós compreendemos o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem (sic): ‘Todos os seres humanos são dotados de razão e de consciência e devem agir uns em face dos outros com espírito de Fraternidade.’ Até hoje, quantos companheiros foram arbitrariamente presos, privados de seus direitos, espancados, torturados e assassinados debaixo do nosso silêncio. Eles não tinham nome para nós. [...] Não, eu não fiz o possível, porque em todos os setores [...] e nos meios de comunicação, rádio, cinema, jornal, televisão e teatro, a censura exercida pelas autoridades constituídas nos colocam praticamente como funcionários a serviço da ideologia da classe dominante. [...] Cabe a nós, estudantes, intelectuais, artistas, o papel de revolucionários, que não significa o uso da bomba Molotov, mas o uso da Verdade.

Escobar evocou a declaração para denunciar os abusos sofridos por ela e seus colegas. Na sua fala elencou 11 artigos da DUDH: “Hoje [13 de novembro de 1975], antes de vir até aqui, eu me detive examinando em quantos artigos dos Direitos Humanos o teatro brasileiro foi violado, e descobri que em 11 (onze)”.³ (ESCOBAR *apud* FERNANDES, 1985, p. 225).

³ Artigo III. Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (...). Artigo V. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. (...). Artigo VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viola a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Artigo VIII. Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes recurso efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei. Artigo IX. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. Artigo X. Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ela. Artigo XI -1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem

O exemplo da atriz foi seguido por muitos. A sua casa de espetáculos sempre foi uma fronteira de resistência, realizando debates e o seminário de dramaturgia, enfocando o teatro, a cultura e outros temas de direitos humanos.⁴

Desde os primeiros tempos que se seguiram ao golpe, a voz de Ruth Escobar ecoou no meio teatral em defesa da sua arte, dos seus colegas e da democracia, ameaçados pelos governos dos militares.

Ainda no ano I da ditadura, Ruth ergueu uma frente de batalha contra a opressão. Em 12 de dezembro de 1964, a atriz inaugurou sua casa espetáculos com *A Ópera dos três vinténs* de Brecht. O espaço seria uma ampla frente de luta aberta contra a falta de liberdade nas décadas seguintes e um dos alvos preferidos da polícia e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Em 1965, correram rumores de que o General chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), em Brasília, teria recomendado um maior rigor por parte da censura nos Estados. Embora Castelo Branco tenha desmentido em telefonema à atriz Tônia Carrero, os acontecimentos do ano provam o dito popular de que “onde tem fumaça há fogo”. Em maio, foi presa a atriz Isolda Cresti por ter lido um manifesto sobre a intervenção dos EUA na República Dominicana; textos foram proibidos na íntegra; espetáculos já em cartazes receberam cortes, como *Arena canta Zumbi*; O governador Carlos Lacerda, assumiu a proibição de uma peça de Dias Gomes, *O berço do herói*, horas antes da estreia e, em seguida, o Coronel Secretário de Segurança do Estado da Guanabara formalizou a proibição com a seguinte justificativa: Dias Gomes e o empresário estavam engajados “na implantação de uma ditadura cultural, através do abuso de liberdades democráticas e em estrita obediência à recente diretriz do PCB.” (MICHALSKI, 1979, p.62).

Os artistas e intelectuais reagiram com uma carta-aberta contendo 1.500 assinaturas endereçada ao presidente Castelo Branco, cobrando o cumprimento do artigo 141 da Constituição Federal que garantia a livre manifestação do pensamento. A correspondência não obteve resposta. Os censores continuaram proibindo textos, estreias e passando a tesoura na dramaturgia, como em *Liberdade, Liberdade* que recebeu 25 cortes. A obra de Millôr Fernandes e Flávio Rangel retrata a mordada infligida ao país naquele momento e faz parte do chamado teatro de resistência. No mês de outubro os artistas do Rio de Janeiro apelaram à Organização

o direito de ser presumida inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso. Artigo XII. Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. Artigo XIII. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Artigo XIX - 1. Toda pessoa em direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação. Artigo XXVII. Toda pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. (ONU, 1948).

⁴ 1976: I Ciclo de debates, Panorama da Cultura Brasileira e o Curso Intensivo de Criação Coletiva; em 1977: Seminário de Dramaturgia; em 1978: debate com tema Conjuntura Política Nacional e o Congresso Nacional sobre a Anistia; 1989: I Congresso da Mulher Paulista; 1980: A Luta do Povo Palestino: um debate sobre a Palestina; 1980: I Encontro Brasileiro de Homossexuais; Fórum de Debates sobre a Mulher/Frente de Mulheres Feministas.

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, com o envio de um telegrama denunciando o cerceamento da liberdade de expressão no país, com o seguinte texto:

A classe teatral do Brasil vem denunciar a violação da Carta da ONU que afirma a liberdade de pensamento e de criação artística, manifestada nas arbitrariedades dos órgãos da censura e na coação policial exercida contra a apresentação dos espetáculos de autores internacionais como Gorki, Brecht e Feydeau, e escritores, poetas e compositores brasileiros. Pedimos o pronunciamento da Comissão de Defesa dos Direitos do Homem. (MICHALSKI, 1979, p. 37).

Em fevereiro do emblemático ano de 1968, Ruth Escobar foi uma das atrizes que ofereceu o corpo como escudo durante a passeata que finalizou a greve dos teatros. Naquele ano, em janeiro, os artistas lançaram a campanha “Contra a censura pela cultura” durante a Semana de Protestos Contra a Censura na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro. Em fevereiro, a censura intensificou sua truculência contra a atriz Maria Fernanda e a peça *Um bonde chamado desejo* de Tennessee Williams, quando da temporada em Brasília. Além de proibir a apresentação, o censor suspendeu a atriz e o produtor por 30 dias.

O ato de proibir a atriz de exercer o seu ofício era uma demonstração não só da *vigilância* e *punição* (FOUCAULT, 1997) da censura, mas implicava em usar a atriz como exemplo da demonstração de força da censura para intimidar a classe teatral. Isso acentuou ainda mais a revolta dos atores e atrizes que reagiram com uma greve. Os artistas fecharam os teatros do Rio de Janeiro e São Paulo, durante os dias 11, 12 e 13, com uma vigília nas escadarias do Teatro Municipal das duas capitais. Segundo o *Jornal do Brasil*, líderes do movimento esclareceram que os motivos dos protestos tinham profundas raízes na “manifestação policalesca” exercida sobre a cultura.

Na cidade do Rio de Janeiro, a greve foi finalizada com uma passeata pela Cinelândia até o monumento ao Soldado Desconhecido no Aterro do Flamengo, onde os artistas pretendiam depositar uma coroa de flores. O ato foi seguido pela população e por caminhões do Exército com soldados armados de baionetas. Na comissão de frente (figura 1), além de Ruth seguiam as seguintes atrizes de mãos dadas: Eva Tudor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell. A atriz Eva Wilma (*apud* STEEN, 2006), relata que o Exército não permitiu o depósito das flores no monumento. A atriz Norma Bengell desentendeu-se com o soldado que impediu o acesso e o atacou, desencadeando uma reação dos soldados dos caminhões, que passaram a atirar para o alto dispersando os artistas e a multidão.

Figura 1 – Atrizes na comissão de frente – Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Bengell e **Ruth Escobar**



Fonte: *Jornal do Brasil*⁵

Os artistas e intelectuais entregaram uma lista de reivindicações ao Ministro da Justiça, que, entre outros itens, incluía a liberação de peça e filmes censurados, a inclusão de artistas de cinema e teatro em grupo de trabalho para regulamentar a censura e a anulação da portaria que centralizara as atividades censórias. Em São Paulo também houve passeatas, assembleia e deliberações de estratégias de luta contra a censura.

Naquele mesmo ano, a polícia interditou o teatro Ruth Escobar por ocasião da I Feira Paulista de Opinião, festival organizado pelo Teatro de Arena de São Paulo sob a liderança de Augusto Boal em 05 de junho. O evento reunia em um único espetáculo seis textos e músicas de autores brasileiros e tinha como tema *O que você pensa do Brasil de hoje?* A censura central em Brasília realizara 71 cortes nas peças que compunham o espetáculo, mas os artistas resolveram apresentar os textos na íntegra como “[...] ato de rebeldia e de desobediência civil” conforme anunciado por Cacilda Becker (PRADO, 2002, p. 523). Mas, os artistas rumaram para o Teatro Maria Della Costa e apresentaram o espetáculo para o público presente no referido local.

Ruth também estava na comitiva de artistas que decidiram em assembleia devolver ao *Jornal O Estado de S. Paulo* as estatuetas do Prêmio Saci por considerarem que uma nota editorial, publicada pelo veículo era a favor da censura ao teatro. No dia 20 de junho de 1968, debaixo de uma chuva fina vários artistas dirigiram-se à redação do jornal e deixaram as

⁵ Disponível em <http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=419>. Acesso em 10 ago. 2016.

estatuetas na porta vez que não foram recebidos pela diretoria. Segundo Prado (2002), do interior de veículos emprestados pelo Jornal *A Folha de S. Paulo*, os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), fingindo-se de jornalistas, vigiavam os artistas. A figura 2 demonstra uma foto dos artistas, feita na ocasião, de autoria de um dos investigadores desse departamento.

Figura 2 -Artistas durante a devolução do Prêmio Saci



Fernanda Montenegro, Ruth Escobar, Odete Lara, Augusto Boal e Cacilda, durante a devolução do Prêmio Saci. Registro feito por investigador do Depto. de Ordem Política e Social (Acervo Dops - SP); jun./1968, São Paulo, SP.

Fonte: Prado (2002)

Um dos episódios mais violentos da história do teatro brasileiro teve como palco o teatro Ruth Escobar, durante a apresentação da peça *Roda Viva* quando da temporada em São Paulo. Imediatamente, uma onda de censura envolveu o espetáculo. As reações tiveram início na Assembleia Legislativa, onde os deputados direitistas conclamaram os censores a proibirem a peça por afronta à família e à sociedade. A campanha de agressão ao teatro atingiu seu auge contra a peça quando a sala Galpão da casa de espetáculos foi invadida por membros do Comando de Caça aos Comunistas – CCC, na noite de 18 de julho de 1968. Composto por 20 homens armados, o grupo espancou os artistas, quebrou cenários, destruiu figurinos e jogou o contrarregra de cima do palco provocando-lhe uma fratura na bacia. Pior tratamento deu às atrizes, que foram encurraladas no camarim, tiveram as roupas arrancadas e sofreram agressões físicas. Ruth Escobar, tentou registrar queixas no DOPS e na 4ª delegacia, mas não obteve êxito. A casa de espetáculos voltaria a ser atacada com o lançamento de ampolas de gás lacrimogênio

na Sala Gil Vicente, conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*, de 12 de agosto de 1968, citado por Fernandes (1985).

Enquanto *Roda Viva* enfrentava a ira dos conservadores em São Paulo, no Rio de Janeiro um ato de violência sacodia o país. Em 28 de março de 1968, durante um confronto entre policiais e estudantes, no restaurante universitário Calabouço, o jovem Edson Luís foi atingido por uma bala disparada pela polícia. O corpo foi transportado pelos colegas até a Assembleia Legislativa onde o corpo foi velado, sob protestos dos presentes. Por lá passaram homens e mulheres do cinema e teatro a exemplo de Hugo Carvana, Tônia Carrero, Norma Bengell, Cecil Thiré, Paulo César Sarraceni, Leon Hirszman e Fauzi Arap. No dia seguinte, antes do enterro, a rua estava tomada com pessoas portando faixas e cartazes.

A morte do estudante de apenas 17 anos repercutiu por todo o Brasil, com manifestações de norte a sul. Em São Paulo, Cacilda Becker e Ruth Escobar uniram-se aos líderes estudantis, Luís Travassos e José Dirceu, que organizavam a passeata de protesto, que ficou conhecida como Passeata dos Cem mil. Na figura 3, vê-se Ruth Escobar na ala dos artistas, do lado direito da foto, usando óculos escuros.

Figura 3– Ruth Escobar na ala dos artistas



Fonte: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afrenta-a-ditadura#card-70>

No ano seguinte, já na vigência do AI 5 durante o governo Médici, a repressão aprimorou a perseguição à atriz. Em janeiro de 1969 Ruth Escobar foi presa em sua casa diante do olhar aterrorizado dos dois filhos. Não havia nenhuma razão objetiva para sua prisão. Foi presa simplesmente por ser uma pessoa indignada contra o terror e a corrupção que reinavam no Brasil (ESCOBAR, 1999). A artista estava tomando banho quando ouviu a campanha tocar. Ela já sabia, como na música *Acorda amor* de Chico Buarque, “que era a dura numa muito escura viatura” e que ela não teria tempo de chamar o ladrão. A atriz lembra que

Sete homens à paisana, armados de metralhadoras, saltaram de dois jipes e rodearam a casa da rua Petrópolis. Quatro deles entraram na sala e esperaram até que eu os acompanhasse. Estava à paisana. Seriam do CCC? Tive medo, medo de ter medo, medo de não ter coragem, medo de morrer. [...] Christian e Patrícia olhavam aterrorizados. Dei-lhes um beijo e disser: “Não é nada, mamãe volta amanhã.”

A promessa não pode ser cumprida. A mãe não voltou para casa no dia seguinte. Foi levada para o II Exército e durante o percurso os seus algozes insistiam para que delatasse seus companheiros de profissão. Eles insistiam em conseguir o endereço de Gianfrancesco Guarnieri e dos elencos que atuavam no teatro Ruth Escobar.

A atriz ficou presa e em isolamento durante dias até ser interrogada durante cinco horas pelo major chefe da Operação Bandeirantes⁶. Diante da resistência da artista, o militar conteve-se para não agredi-la fisicamente embora fosse incentivado por um subalterno que apregoava o seguinte: “Não entendo como o major não perde a paciência com essa mulher. Comigo, piranha é na porrada.” (ESCOBAR, 1999, p.142). Ruth Escobar foi libertada graças a insistência da amiga Cacilda Becker junto ao prefeito de São Paulo.

Em maio de 1970, outra prisão atingiu a vida da artista. Prenderam uma atriz do elenco da peça *O Balcão*, do francês Jean Genet, cuja montagem fora produzida por Ruth e estava em cartaz no seu teatro. Levaram Nilda Maria, intérprete da personagem revolucionária Chantal, “por motivos políticos, para simples averiguações” (FERNANDES, 1985, p. 89).

As averiguações duraram seis meses e a atriz teve que ser substituída no espetáculo. Para visitar a amiga, Ruth aproveitou a vinda de Jean Genet em junho de 1970 e o apresentou no presídio Tiradentes como um tio casado com uma tia de Nilda que emigrara para a França. Para seu próprio disfarce usou a carteira de identidade com seu nome verdadeiro, Maria Ruth dos Santos. Ao descobrirem a artimanha da atriz, o DOI-CODI a proibiu de entrar no presídio.

Ruth também aproveitou a vinda de Genet, e o interesse da primeira dama do Estado em conhecê-lo, para localizar os netos da costureira de Lamarca que tinham sido encaminhados a uma unidade da FEBEM, após a prisão da avó Maria. Conhecida como “Tia”, a costureira, após a localização dos netos, assinou um documento transferindo a guarda das crianças a Ruth. O juizado de menores negou o pedido porque a atriz era desquitada.

Seis anos depois, a censura lançou mão sobre o 1º Ciclo de Debates, Panorama da Cultura Brasileira, previsto para o dia 27 de setembro de 1976, proibindo-o quatro horas antes do seu início, através de uma ligação telefônica da chefia da Polícia Federal de São Paulo à direção do Centro Latino-Americano de Criatividade (CELAC), promotor do evento, conforme notícia do jornal *O Estado de São Paulo*, citado por Fernandes (1985).

Mais uma vez, Ruth empenhou-se em reverter a proibição, juntamente com outros intelectuais, enviando carta com abaixo-assinado, ao então general Geisel. Conseguiram

⁶Na sua autobiografia, Ruth menciona apenas a inicial do major (a letra W). Deduz-se que o militar deva ser o major Waldir Coelho.

realizar o debate a partir de 04 de outubro de 1976. Vide Figura 4, documento firmado por Ruth Escobar e intelectuais a exemplo dos sociólogos Perseu Abramo e Fernando Henrique Cardoso:

Figura 4 – Carta de Ruth Escobar et al ao general Geisel

São Paulo, 28 de setembro de 1976

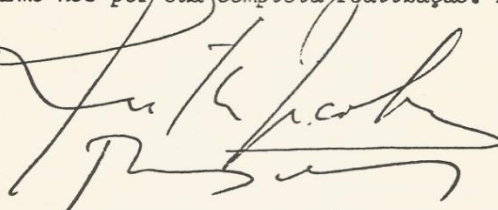
Exmo. Sr. Presidente da República

Gal. ERNESTO GEISEL

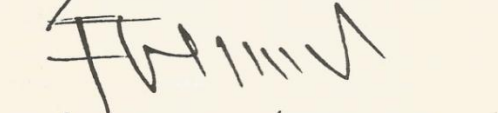
Nós, abaixo-assinados, participantes e organizadores do Iº Ciclo de Debates sobre a Cultura Brasileira patrocinado pelo Centro Latino Americano de Criatividade, manifestamos a nossa profunda apreensão quanto ao significado da suspensão deste Ciclo, comunicada aos seus organizadores quatro horas antes de sua realização, pela Polícia Federal de São Paulo.

Através deste documento, procuramos a anulação desta medida porque a consideramos anti-democrática e gravemente prejudicial aos interesses do país e de sua cultura.

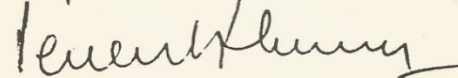
O Ciclo, que reunirá pessoas de diferentes experiências em diversas áreas da cultura brasileira, pretende ser uma contribuição, entre as muitas que devem ser feitas no país, para a construção de uma sociedade consciente e livre. Consideramos nosso dever, portanto, empenharmo-nos por sua completa realização. E esperamos de V.Excia. a liberação dos debates.



RUTH ESCOBAR



RUY MESQUITA



FERNANDO LEMOS



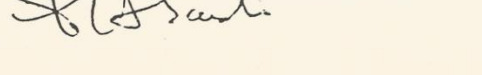
PERSEU ABRAMO



AUDÁLIO DANTAS



PAULO DUARTE



FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO

Fonte: Fernandes(1985)

Ruth Escobar seguiu na luta e, em 1977, usou a dramaturgia como estratégia de enfrentamento à censura e à ditadura. Promoveu um ato de resistência no seu teatro, intitulado I Seminário de Dramaturgia e alcunhado de "O Seminário do Proibido". Os atores e atrizes liam textos engavetados pelos censores federais para uma plateia que chegou a mais de cinco mil

pessoas em um período de três meses. Nesse ínterim, houve intervenção da censura que entendeu que as leituras eram abusivas. (FERNANDES, 1987, p. 232).

Entre 18 de julho a 12 de setembro foram lidos os seguintes textos, sem incidentes: *Mulheres de Atenas*, de Augusto Boal; *Rasga Coração*, de Vianinha; *Trivial Simples*, de Nelson Xavier; *A Passagem da Rainha*, de Antônio Bivar; *Barrela*, de Plínio Marcos; *Calabar, o Elogio da Traição*, de Chico Buarque e Ruy Guerra; *A Cidade Impossível de Pedro Santana*, de Consuelo de Castro; *Enquanto Se Vai Morrer...* de Renata Pallotini; e *Basta*, de Gianfrancesco Guarnieri.

Mas em 26 de setembro, data da leitura do texto *Heróica Pancada*, de Carlos Queiroz Telles, o representante da Censura Federal em São Paulo, proibiu a continuidade do seminário alegando que as leituras eram abusivas. Ruth Escobar apelou ao Ministro da Educação Ney Braga e conseguiu reverter a proibição, alegando que o público era restrito a estudiosos do teatro e intelectuais. A programação seguiu com a leitura dos textos *Sinal de Vida*, de Lauro Cesar Muniz e *Milagre na Cela*, de Jorge Andrade.

Mas, mesmo antes da proibição da leitura dos textos, a atriz já estava na mira da Polícia Federal. No dia 01 de agosto daquele ano, quando do embarque com destino a Lisboa, o seu passaporte foi apreendido por policiais federais. O jornal *O Estado de S. Paulo* (figura 5) noticiou o fato na edição do dia seguinte.

Figura 5 – Jornal O Estado de São Paulo de 02 de agosto de 1977

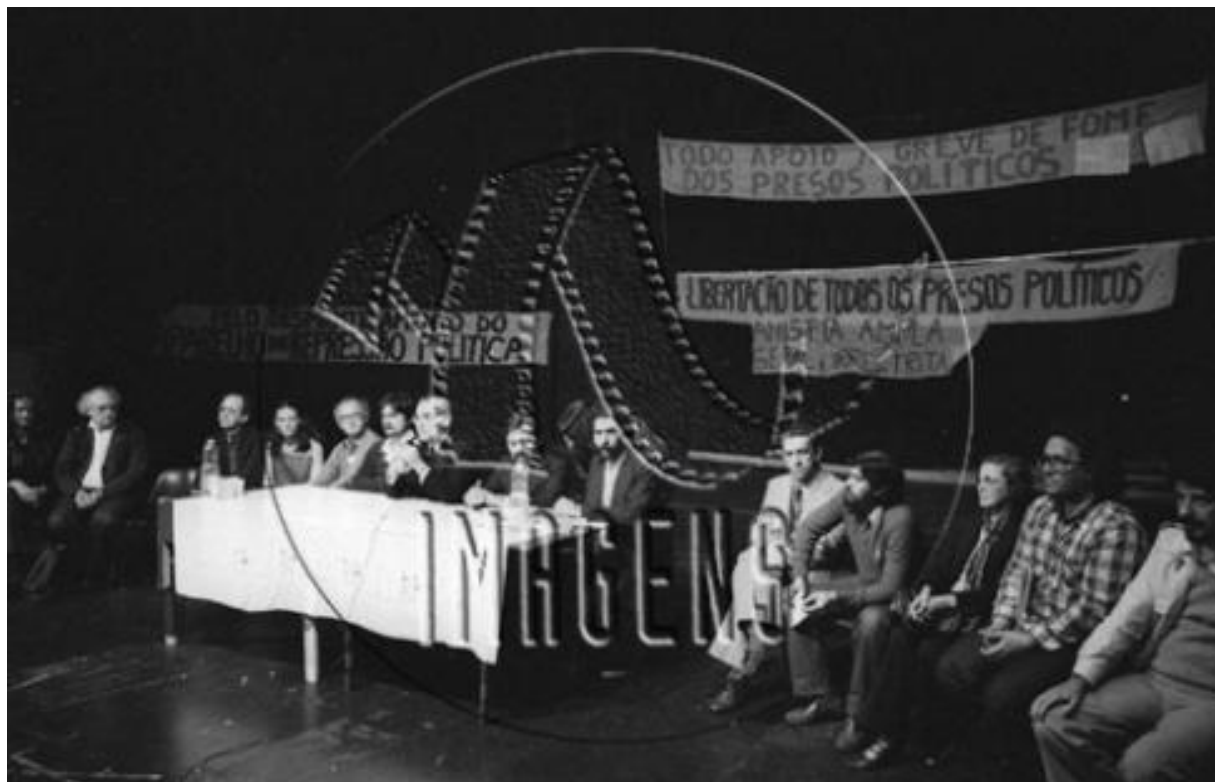


Fonte: (FERNANDES, 1985, p. 227)

Na luta pela liberdade, diz Pacheco (2005) que se uniram artistas de teatro, músicos, jornalistas, artistas plásticos e de cinema para, no dia 25 de abril de 1977, fundar a Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão. Esse evento foi seguido por outros, a exemplo de: manifestação contra a censura realizada nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo; a discussão sobre a censura no I Encontro Nacional de Artistas e Técnicos do Circo Garcia no Rio de Janeiro; Dia Nacional da Liberdade de Expressão, transformando o dia do ator – 17 de agosto – em manifestações contra a censura em vários Estados; instituição da Semana do Proibido em Belo Horizonte, com leituras de apresentações de peças, músicas, filmes e poemas interditados; promoção, pela Escola de Teatro do Rio de Janeiro, de leituras e

debates de textos proibidos, incluindo o texto *Patética*. Esse último evento teve apoio do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Na figura 6, evento realizado em favor da anistia no teatro Ruth Escobar.

Figura 6– Em defesa de uma “Anistia ampla geral e irrestrita”



Fonte: <http://www.n-imagens.com.br/banco/images/preview.php?ID=17236>

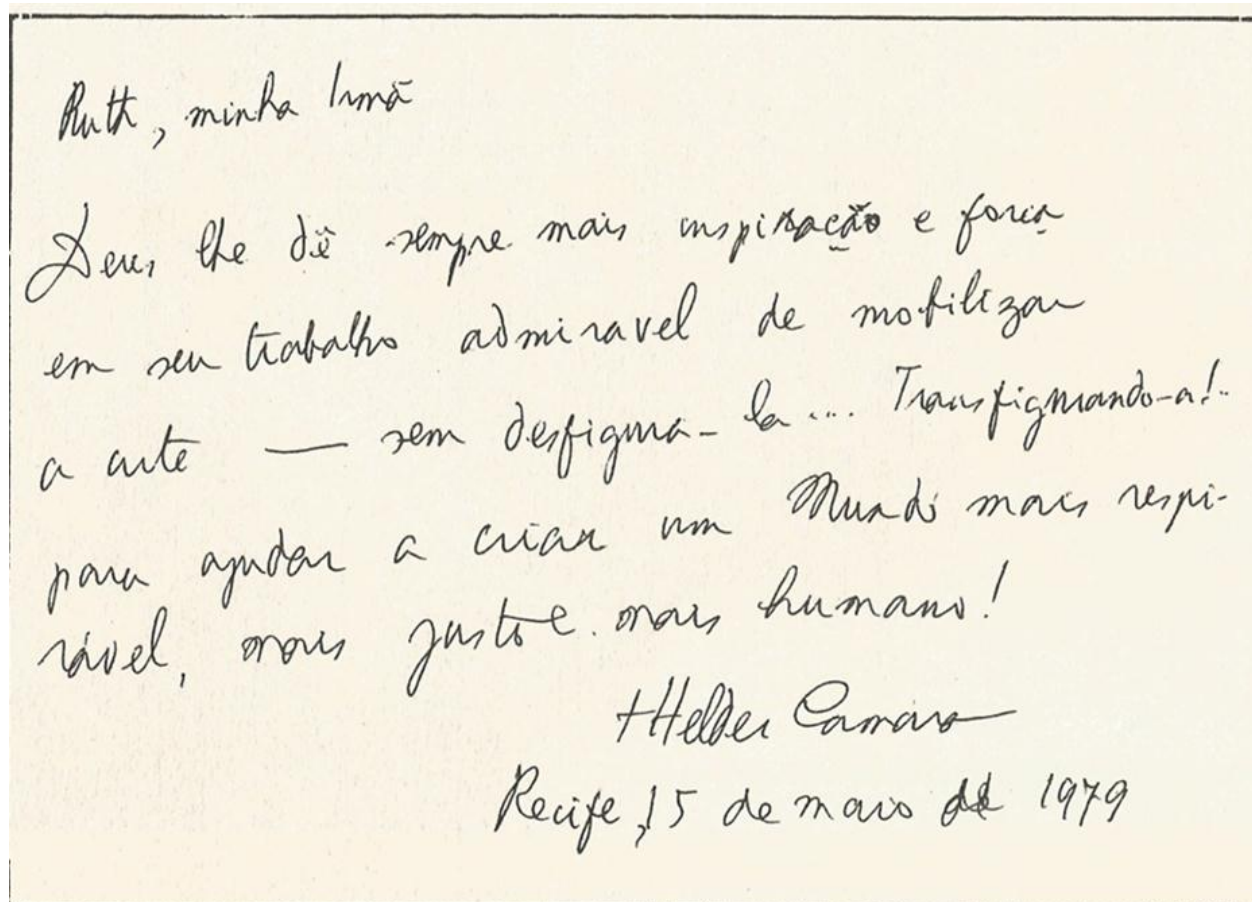
A luta pela anistia foi encampada pelos artistas e Ruth Escobar promoveu diversas apresentações da peça *Revista do Henfil* em benefício do CBA. Diz Fernandes (1985, p. 129) que, mais que uma peça de teatro, a “*Revista do Henfil* foi uma pregação política usando todo o poder da palavra cênica em prol da anistia que movimentava a opinião pública, à época de sua estreia em 1978.”

Em 01 de janeiro de 1979 entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Era o fim do AI 5 e de todos os demais atos. O Presidente da República estava impedido de cassar mandatos, estava extinta a pena de morte e o habeas corpus estava restabelecido. Mas, os aparelhos encarregados de *vigiar* e *punir*, como os Destacamentos de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e DOPS, permaneceram atuantes, assim como a censura ao teatro.

Mas Ruth Escobar, tal qual uma mensageira da luta pela liberdade, excursionava com a *Revista do Henfil* pelo Brasil, enfrentando prisão do elenco, interdição de teatro e ameaças da polícia. Além dos espaços convencionais, a peça foi apresentada em penitenciárias, a exemplo do Presídio de Itamaracá, em Pernambuco, onde 14 presos políticos assistiram ao espetáculo. No Estado da Paraíba, apresentou-se em Campina Grande no Teatro Severino Cabral em 10 de maio de 1979 e em João Pessoa em 11 e 12 de maio no Cine Tambaú. A apresentação não foi

possível no Teatro Santa Roza, em face de uma tempestiva reforma, não comunicada quando da marcação da pauta, fato que gerou protestos do elenco na Assembleia Legislativa da Paraíba. Em Pernambuco, um dos ícones da resistência, o “bispo vermelho” Dom Helder Câmara, compareceu à apresentação no Teatro Santa Isabel e levou à atriz o apoio pela sua luta em favor da arte e da anistia (figura 7).

Figura 7 – Mensagem de Dom Helder Câmara à Ruth Escobar⁷



Ruth, minha irmã

Deus lhe dê sempre mais inspiração e força
em seu trabalho admirável de mobilizar
a arte — sem desfigurá-la... Transfigurando-a!
para ajudar a criar um Mundo mais respi-
rável, mais justo e mais humano!

Helder Câmara

Recife, 15 de maio de 1979

Fonte: Fernandes (1985)

Ruth Escobar ingressou na política em 1982 e foi eleita deputada estadual por dois mandatos. Seu trabalho teve grande influência para o processo de redemocratização do país e para o avanço do movimento feminista, tendo sido a primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. Também foi a última pessoa a ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional, por ter sido processada, durante a primeira campanha eleitoral, acusada de ofensa ao general Figueiredo.

⁷“Ruth, minha irmã

Deus lhe dê sempre mais inspiração e força em seu trabalho admirável de mobilizar a arte — sem desfigurá-la... Transfigurando-a! para ajudar a criar um mundo mais respirável, mais justo. Mais humano!

Helder Câmara

Recife, 15 de maio de 1979”

Em 1985, o final da ditadura não significou a extinção da censura ao teatro, pois uma das primeiras medidas da Nova República foi a realização de mais um concurso para o cargo de censor federal, no ano de 1985. O novo Ministro da Justiça, Fernando Lyra, anunciou que acabaria com a censura política e retiraria a atividade censória da área policial. Mas, nas propostas de reformas não estava inserida a extinção geral da censura, como observa Garcia (2008).

Os artistas seguiram lutando pelo direito à liberdade de expressão e inseriram-se nos grupos que reivindicavam mudanças aos parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 15 de novembro de 1986 e instalada em 1º de janeiro de 1987. Entre os meses de agosto e setembro, parte da classe teatral de São Paulo distribuiu uma carta aberta ao público intitulada Cultura e Constituinte, na qual expressavam, dentre outras reivindicações, a extinção da Censura:

[...] A liberdade de criação e a liberdade de escolher partem do mesmo princípio, são formas de exercer um direito que todo cidadão deve ter, o direito democrático de ser juiz dos seus atos, ser responsável pela sua cidadania. Não precisamos de censores. Nem os artistas, nem o público. [...] PELO FIM DA CENSURA, TOTAL OU PARCIAL, A TODA OBRA CULTURAL E ARTÍSTICA [...] (MATE, 2008, p.113).

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), que recebeu a alcunha de “Constituição Cidadã”. Em seu artigo 5º, inciso IV expressa que é “livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.” Finalmente, depois de 180 longos anos, a censura ao teatro chegava ao fim.

Considerações Finais

A questão dos Direitos Humanos enfocada por Ruth Escobar só entrou na agenda brasileira dos grupos e pessoas defensoras da Democracia durante a ditadura militar, pois esse tema “direitos humanos” até então não era corrente nos discursos e nos debates, mesmo no governo de João Goulart que defendia as reformas de base. Somente no período pós-golpe civil-militar é que esse tema passa a fazer parte dos paladinos da democracia, motivados pela acentuação da negação da liberdade e dos direitos humanos.

Muitas formas de resistência pacífica foram articuladas durante a ditadura. E artistas de teatro, a exemplo de Ruth Escobar, tiveram participação massiva em atos públicos, greves, passeatas, campanhas pela anistia e pelas eleições diretas. E, ainda, contribuíram com a Assembleia Constituinte que gerou a nova Constituição de 1988, Carta Cidadã que, além de extinguir a centenária censura, refletiu os princípios e ideais dos que lutaram contra a ditadura. E ademais, incorporou [...] “os direitos humanos não só como garantia individuais, mas como princípios básicos do ordenamento constitucional e jurídico brasileiro.” (SABOIA, 2009, p. 58).

Mas, em que pesem as garantias constitucionais é necessário agir como um escafandrista e trazer à superfície o passado para fazê-lo conhecido. É preciso buscar a memória histórica da construção desse instrumento de democracia, que é a Constituição Federal de 1988. E jamais!

Jamais sepultar a trajetória que gerou a necessidade de uma constituição de caráter cidadã com ênfase nos direitos humanos, para que os males que derrocaram a liberdade não retornem.

O legado de Ruth Escobar e seus/suas companheiro/a/s não pode ser sepultado. Hoje, a voz da atriz está calada em função da idade avançada e da doença. Mas, cabe aos artistas de teatro das novas gerações retomarem a sua luta, para em constante vigilância, rebater as ameaças censórias que rondam e agem contra o espaço libertário que é palco teatral.

REFERÊNCIAS

ESCOBAR, Ruth. **Maria Ruth** – uma autobiografia. São Paulo: Editora Mandarim, 1999.

FERNANDES, Rofran. **Teatro Ruth Escobar: 20 anos de resistência**. São Paulo: Global, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. 34ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GARCIA, Miliandre. “**Ou você mudam ou acabam**”: Teatro e Censura na Ditadura Militar (1964 a 1985) (tese). Rio de Janeiro: UFRJ/Doutorado em História Social, 2008.

MATE, Alexandre Luiz. **A produção teatral paulistana dos anos 80** – r (ab) iscando com faca o chão da história: tempo de contar os (pre) juízos em percursos de andança (tese). São Paulo/USP/PPG em História Social, 20008.

MICHALSKI, Yan. **O palco amordaçado**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.

PRADO, Luís André do. **Cacilda Becker: fúria santa**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SABÓIA, Gilberto Vergne. Significado Histórico e Relevância Contemporânea da Declaração Universal dos Direitos Humanos para o Brasil. In: GIOVANNETTI, Andrea (org). **60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

STEEN, Edla van. **Eva Wilma: arte e vida**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

Sítios eletrônicos consultados (por ordem de inserção no texto para as referências não citadas por autor/data)

ENCICLOPEDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18616/ruth-escobar>>. Acesso em 08 ago. 2016

Jornal do Brasil. Disponível em <http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=419>. Acesso em 10 ago. 2016.

N-imagens.Disponível em<<http://www.n-imagens.com.br/banco/images/preview.php?ID=17236>.. Acesso em 08 ago 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em < <http://www.dudh.org.br/>>. Acesso em 10 jan. 2014.

Revista *O Cruzeiro* de 09 de novembro de 1968. Disponível em <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/ccc-volta-a-cena-em-ataques-a-teatros/docset/242>. Acesso em 10 ago 2016.

Rádio Nacional é invadida por militares por dar voz à resistência ao golpe. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/908977>>. Acesso em 10 jun. 2014